

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

**MOBILIDADE NA PRODUÇÃO DE LEITE DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE ITAPEJARA DO OESTE E SUA INFLUÊNCIA NA
RENDA, PATRIMÔNIO E SUCESSÃO FAMILIAR: PESQUISA EM
PAINEL ENTRE 2005 E 2015**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO

2019

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

**MOBILIDADE NA PRODUÇÃO DE LEITE DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE ITAPEJARA DO OESTE E SUA INFLUÊNCIA NA
RENDA, PATRIMÔNIO E SUCESSÃO FAMILIAR: PESQUISA EM
PAINEL ENTRE 2005 E 2015**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PATO BRANCO
2019**

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

**MOBILIDADE NA PRODUÇÃO DE LEITE DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE ITAPEJARA DO OESTE E SUA INFLUÊNCIA NA
RENDA, PATRIMÔNIO E SUCESSÃO FAMILIAR: PESQUISA EM
PAINEL ENTRE 2005 E 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi

PATO BRANCO

2019

Simonetti, André Luiz

Mobilidade na produção de leite dos agricultores familiares de Itapejara do Oeste e sua influência na renda, patrimônio e sucessão familiar: pesquisa em painel entre 2005 e 2015 / André Luiz Simonetti.

Pato Branco. UTFPR, 2018

54 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. Pato Branco, 2018.

Bibliografia: f. 50 – 52

1. Agronomia. 2. Agricultura Familiar. 3. Renda e patrimônio. I. Perondi, Miguel Ângelo. orient. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curso de Agronomia. IV. Título.

CDD: 630



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Departamento Acadêmico de Ciências Agrárias
Curso de Agronomia



TERMO DE APROVAÇÃO
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

**MOBILIDADE NA PRODUÇÃO DE LEITE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE
ITAPEJARA DO OESTE E SUA INFLUÊNCIA NA RENDA, PATRIMÔNIO E
SUCESSÃO FAMILIAR: PESQUISA EM PAINEL ENTRE 2005 E 2015**

ANDRÉ LUIZ SIMONETTI

Monografia apresentada às 14 horas 00 min. do dia 06 de junho de 2019 como requisito parcial para obtenção do título de ENGENHEIRO AGRÔNOMO, Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus Pato Branco*. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo-assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Banca examinadora:

Dra. Ana Paula Schervinski Villwock
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

M.Sc. Simão Ternoski
PPGDR-PB UTFPR – Doutorando

Dra. Norma Kiyota
IAPAR Polo Pato Branco

Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi
UTFPR *Campus Pato Branco*
Orientador

Prof. Dr. Jorge Jamhour
Coordenador do TCC

A "Ata de Defesa" e o decorrente "Termo de Aprovação" encontram-se assinados e devidamente depositados na Coordenação do Curso de Agronomia da UTFPR *Campus Pato Branco-PR*, conforme Norma aprovada pelo Colegiado de Curso.

A todas as famílias da agricultura familiar brasileira onde existe trabalho duro para a realização de seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A realização de um sonho passa por muitos momentos e desafios, e até o mais simples deles depende de muitas pessoas para acontecer, as quais merecem o mais profundo reconhecimento.

Por isso, agradeço inicialmente aos primeiros que me permitiram realizar esse sonho: a Deus, que é o provedor de tudo e a um governo que entre 2003 e 2016 deu todo tipo de incentivo à educação e à agricultura familiar, por meio das políticas públicas que me auxiliaram a chegar aqui.

Agradeço aos meus pais Ironi e Marilene e minha irmã Elica, que estiveram sempre ao meu lado, sem medir esforços para que eu concluísse a graduação, nem que para isso fosse necessário abrir mão de muitas coisas que tornariam a vida mais fácil. Também minha companheira desde o início desta jornada, Bruna, que soube compreender e apoiar com muito carinho os momentos de estresse e ausência.

Da mesma forma toda a família, sempre próxima, bem como os queridos vizinhos, famílias Périco, Pérego e Zitkoski, que além de me acompanharem, sempre foram muito prestativos e presentes, em qualquer momento, como uma família do coração, tornando as dificuldades da vida sempre mais fáceis de serem superadas.

Agradeço imensamente os três admiráveis pesquisadores que compõe esta banca, Ana, Norma e Simão, e também a Cris que colaborou na defesa do projeto. Além de correções, sempre me presentearam com boas conversas e conselhos, fundamentais na jornada, e o meu orientador Miguel por sempre ter me tratado com tanto carinho e atenção, nestes cinco anos que estivemos próximos, nos quais, muito além de orientação, me passou com conselhos que levarei para a vida. Da mesma forma agradeço os demais professores, que se tornaram amigos, e fizeram com que a jornada fosse mais leve, proveitosa e tranquila: Lisiane, Thiago, Godoy, Josiane, Giovana, Adriana, Juan Juricich, Gazolla e Rachel.

Por último, mas com fundamental importância, agradeço a todos os grandes amigos que a Universidade me proporcionou. Os momentos de descontração, companheirismo, de estudos, conversas, diversão, apreensão e todo o mais que vivemos fizeram com que não percebêssemos o tempo passar. Todos vocês têm uma parte na minha formação, e os levarei para a vida toda.

RESUMO

SIMONETTI, André Luiz. Mobilidade na produção de leite dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste e sua influência na renda, patrimônio e sucessão familiar: pesquisa em painel entre 2005 e 2015. 54 f. TCC (Curso de Agronomia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

A agricultura familiar é um importante grupo produtivo para a agricultura brasileira, já que mesmo ocupando apenas 25% da área produtiva possui mais de 70% do pessoal ocupado na Agricultura, sendo fundamental para produção de alimentos no país. Esta categoria, caracterizada por ser detentora dos meios de produção, e ao mesmo tempo assumir o trabalho na unidade produtiva, passou muito tempo com seu papel renegado na sociedade, sendo sua importância desconsiderada, estando isso exemplificado na figura do Jeca. Entretanto, nas últimas décadas, a categoria passou a ser melhor reconhecida, a se destacar o grande passo dado com a instituição da Lei da Agricultura Familiar, no ano de 2006. Tendo em vista esta importância econômica, produtiva, social e cultural da agricultura familiar, se faz importante o estudo das suas estratégias de renda e patrimônio ao longo do tempo, e como isso interfere na sucessão familiar e na manutenção da categoria, uma vez que a partir da segunda metade do século XX a agricultura brasileira passou por significativas mudanças, e na região sudoeste do Paraná a produção leiteira tem um papel fundamental a partir dos anos 1990, uma vez que seu crescimento eleva a renda dos produtores, gerando uma seguridade para estes. Com este trabalho, realizado por meio de um banco de dados que reúne informações socioeconômicas de 95 produtores de Itapejara d'Oeste nos anos de 2005, 2010 e 2015, se percebeu que houve uma concentração da produção leiteira, gerada pela intensificação de parte dos produtores, evidenciando-se também que onde houve incremento na renda e patrimônio, foi onde ocorreu os maiores níveis de sucessão, maior elevação na produção leiteira, e os agricultores são mais jovens. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi compreender as estratégias de renda que levam os agricultores a manter, ampliar ou diminuir a produção leiteira, e o reflexo destas estratégias na renda total, no patrimônio e na sucessão familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Renda e patrimônio. Sucessão geracional.

ABSTRACT

SIMONETTI, André Luiz. Mobility in milk production of family farmers of Itapejara d'Oeste and its influence on income, wealth and family succession: panel research between 2005 and 2015. 54 f. TCC (Course of Agronomy) - Federal University of Technology - Paraná. Pato Branco, 2018.

Family farming is an important productive group for Brazilian agriculture, since even though it occupies only 25% of the productive area, it has more than 70% of the personnel employed in agriculture, being fundamental for food production in the country. This category, characterized by being the owner of the means of production and at the same time assuming the work in the productive unit, spent much time with its renegade role in society, being its importance disregarded, being exemplified in the figure of Jeca. However, in the last decades, the category has become better recognized, highlighting the great step taken with the introduction of the Law on Family Agriculture in 2006. In view of this economic, productive, social and cultural importance of family agriculture, it is important to study their income and wealth strategies over time, and how this interferes in family succession and maintenance of the category, since from the second half of the twentieth century Brazilian agriculture underwent significant changes, and in the southwestern region of Paraná milk production has played a fundamental role since the 1990s, since its growth raises the income of producers, generating a security for them. With this work, carried out by means of a database that gathers socioeconomic information from 95 producers from Itapejara d'Oeste in the years 2005, 2010 and 2015, it was noticed that there was a concentration of milk production, generated by the intensification of part of the producers, showing that where there was an increase in income and wealth, it was where the highest levels of succession occurred, the highest increase in milk production, and the farmers are younger. Thus, the objective of this work was to understand the income strategies that lead farmers to maintain, increase or decrease milk production, and the reflection of these strategies on total income, wealth and family succession.

Keywords: Family farming. Income and wealth. Generational succession.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Composição da produção agropecuária no Sudoeste do Paraná e em Itapejara d'Oeste.	18
Gráfico 2 – Preços históricos recebidos pelos produtores rurais do Paraná em cada uma das <i>commodities</i> de mercado interno.....	31
Gráfico 3 – Número de produtores em cada uma das categorias.....	38

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Matriz de transição dos grupos de produtores.....	27
Tabela 1 – Produção leiteira por região brasileira – 2006.....	30
Tabela 2 – Produção de leite e vegetal no município de Itapejara d'Oeste – 2006.....	33
Tabela 3 – Tipo de produção vegetal no município de Itapejara d'Oeste – 2006.....	33
Quadro 2 – Composição das categorias de acordo com a variação na produção de leite entre 2005 e 2015.....	37
Quadro 3 – Composição das categorias de acordo com a variação na produção de leite entre 2005 e 2015, combinado à produção atual.....	37
Quadro 4 – Composição da renda de cada categoria de agricultores em cada um dos anos pesquisados.....	40
Tabela 4 – Número de agricultores especializados e diversificados nos anos de 2005, 2010 e 2015.	42
Tabela 5 – Renda total dos agricultores pesquisados nos anos de 2010 e 2015.....	43
Tabela 6 – Renda total dos agricultores pesquisados nos anos de 2010 e 2015.....	43
Tabela 7 – Evolução patrimonial dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2015.	44
Tabela 8 – Superfície agrícola útil dos agricultores familiares pesquisados em 2005 e 2015.....	45
Quadro 5 – Sucessão familiar no ano de 2015 nos estabelecimentos pesquisadas no município de Itapejara d'Oeste.....	46
Tabela 9 – Idade do chefe familiar nos estabelecimentos pesquisadas no município de Itapejara d'Oeste.....	47

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CI	Custo Intermediário
D	Depreciação
DVA	Divisor do Valor Agregado
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ORT	Outras Rendas do Trabalho
PB	Produto Bruto
RA	Renda Agrícola
RNA	Renda Não Agrícola
ROF	Rendas de Outras Fontes
RTS	Renda de Transferência Social
SAU	Superfície Agrícola Útil
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UPF	Unidade de Produção Familiar

LISTA DE ABREVIATURAS

GP	Grandes Produtores
MP	Médios Produtores
PP	Pequenos Produtores
SL	Sem Leite

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
3 OBJETIVOS.....	16
3.1 GERAL.....	16
3.2 ESPECÍFICOS.....	16
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
4.1 Importância da agricultura familiar.....	17
4.2 Diversificação e mercantilização na agricultura familiar.....	19
4.3 A composição dos sistemas de produção.....	23
5 MATERIAL E MÉTODOS.....	25
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
6.1 O papel da produção leiteira na agricultura familiar.....	29
6.2 O contexto das diferentes rendas no local de pesquisa.....	32
6.2.1 Renda agrícola da produção animal.....	32
6.2.2 Renda agrícola da produção vegetal.....	33
6.2.3 Renda agrícola da transformação.....	34
6.2.4 Rendas de transferência social.....	34
6.2.5 Renda não agrícola (serviços prestados em outros setores).....	35
6.2.6 Outras rendas do trabalho (a prestação de serviços agrícolas) e rendas outras (que não são fruto do trabalho).....	36
6.3 A tipologia de produtores segundo a matriz de transição.....	36
6.3.1 Trajetória da renda dos agricultores familiares.....	39
6.3.2 Trajetória patrimonial dos agricultores familiares.....	44
6.3.3 Sucessão familiar na agricultura familiar.....	46
7 Considerações finais.....	49
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ocupar apenas 24% da área agrícola, a agricultura familiar brasileira representa 84% dos estabelecimentos e abriga 74% do pessoal ocupado na agricultura (IBGE/SIDRA, 2012). E, mesmo tendo essa restrição de área, a agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos do Brasil, se constitui em um grupo social que deveria ser tratado com maior atenção pelo Estado, visto que cumpre um importante papel na segurança alimentar e redução do custo de vida da população brasileira em geral.

O Agricultor Familiar como é caracterizado pela Lei 11.326, costuma também ser denominado por vários outros nomes, como: pequenos produtores, camponeses, agricultor de subsistência, dentre outros que possam existir. Mas a identificação que será usada neste trabalho é a que cerca o amplo espectro de famílias rurais que trabalham por conta própria em sua própria terra. Assim, emprega-se aqui a denominação utilizada por Wanderley (1996), na qual, a agricultura familiar é aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo, tudo isso ao mesmo tempo. A autora afirma ainda, que a associação família, produção e trabalho na estrutura produtiva, traz consequências fundamentais na forma com que o agricultor familiar age econômica e socialmente.

No Brasil, um dos grandes avanços para os agricultores familiares foi a criação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, ou Lei da Agricultura Familiar. Segundo esta lei, para que um produtor rural brasileiro seja classificado como agricultor familiar precisa preencher os seguintes requisitos de enquadramento: praticar atividade no meio rural; não possuir mais do que 4 módulos rurais de área; utilizar predominantemente mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades; ter percentual mínimo de renda proveniente de atividades econômicas em seu estabelecimento; e dirigir o estabelecimento com a sua família.

Um ponto crucial na agricultura familiar que merece ser destacado é, além de descobrir qual é a estratégia de renda que explica seu crescimento patrimonial, também saber, como a condução do processo sucessório contribui para o fortalecimento da agricultura familiar. Neste último caso da sucessão, deseja-se

saber como os filhos dos agricultores podem suceder seus pais e como ocorre a sua capacitação para atuar na agricultura de forma autônoma e eficaz. Para Paarlberg (1976), citado por Abramovay (1992, p. 109), “a unidade de produção familiar não é apenas uma forma de produzir safras e criações; é uma forma de produzir gente – boa gente.” Essa frase amplia a compreensão do papel da agricultura familiar, seu potencial produtivo, econômico e social.

Um dos bons exemplos de como a agricultura familiar fora tratada por muito tempo na sociedade brasileira é trazido por Wanderley (2009). A autora considera que a ilustração do “Jeca Tatu”, personagem criado por Monteiro Lobato, mostra que para a sociedade o agricultor familiar, ou camponês não existia, sendo seu modo de vida e trabalho assimilados a uma pequena agricultura, desconectada com a modernização e avessa a tecnologias. Assim, apesar de recente no imaginário da sociedade brasileira, a partir da institucionalização do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a sociedade passou a ter mais ciência do papel da agricultura familiar, entretanto, muito ainda precisa ser feito ou preservado¹ nas políticas públicas para desenvolver o potencial econômico e social desta “boa gente”.

Para tanto, o trabalho a seguir inicia por apresentar o problema e os objetivos desta pesquisa. Apresenta-se a seguir uma pequena revisão de literatura sobre o processo de diversificação, mercantilização e composição do sistema de produção da agricultura familiar, bem como, sobre o papel da produção leiteira nas famílias e no local de pesquisa. Depois, apresenta-se a metodologia de pesquisa e os resultados encontrados acerca das trajetórias de renda, patrimônio e sucessão familiar. E, por fim, conclui-se sobre as questões que mais se destacaram para explicar a trajetória e a estratégia dos maiores produtores de leite desta pesquisa.

1 Existem políticas públicas como o PAA – Política de Aquisição de Alimentos – que com a mudança na gestão do governo federal a partir de 2016 passaram a ser desmontadas. Esse é um exemplo de política pública que contribui para o fortalecimento da agricultura familiar quando auxilia que a família passa a ser incluída no Mercado e se permite mercantilizar um produto de autoconsumo na esfera do mercado institucional.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Em uma agricultura cada vez mais diversa e dinâmica, que passa por um intenso processo de mercantilização, pergunta-se: Quais estratégias de produção, renda, patrimônio e sucessão explicam o aumento/diminuição da produção leiteira?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender as estratégias de renda que levam os agricultores a manter, ampliar ou diminuir a produção leiteira, e o reflexo destas estratégias na renda total, no patrimônio e na sucessão familiar.

3.2 ESPECÍFICOS

Identificar os sistemas de produção dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005, 2010 e 2015;

Tipificar os produtores de leite conforme o padrão de mudança no volume de produção entre 2005 e 2015;

Descrever as estratégias de renda, evolução do patrimônio e sucessão familiar para cada grupo de produtores segundo a mobilidade no volume de leite produzido.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Schneider (2006) mostra que a agricultura familiar só passou a ter uma legitimidade crescente em termos político-institucionais a partir do ano 1996 com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf, bem como, na conquista de uma estrutura específica dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Estes dois eventos foram os dois grandes pontos de partida para a criação da Lei da Agricultura Familiar, já descrita acima.

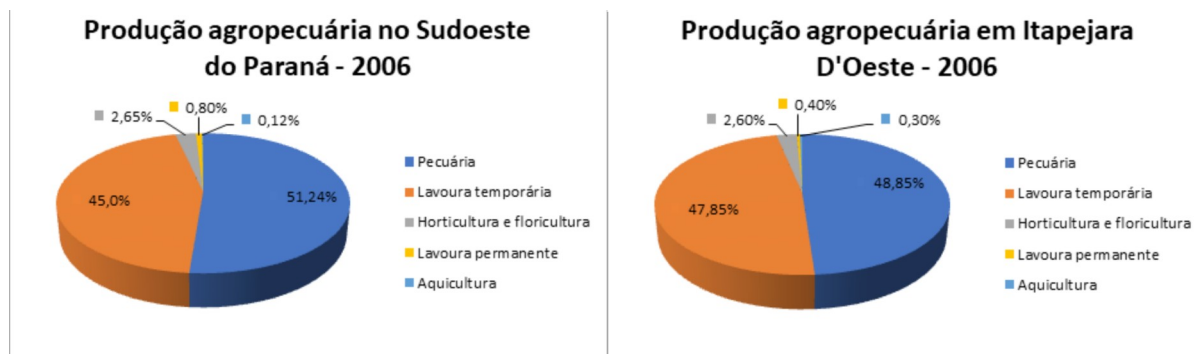
Esta agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, segundo a tabulação especial do Censo Agropecuário de 2006, responde por 89% dos estabelecimentos agropecuários, e o valor de sua produção neste ano foi de R\$ 1.544.163.000,00, correspondendo a 70% da produção agropecuária total. Nessa mesma região, no município de Itapejara d'Oeste, esse valor correspondeu a 88,5% dos estabelecimentos e dos R\$ 48.215.000,00 produzidos, 53% correspondem a agricultura familiar (IBGE/SIDRA, 2012).

Estes dados mostram a grande importância não só social como também econômica da agricultura familiar, pois ela assume um papel importante na circulação monetária da economia local, uma vez que a maioria destes produtores gastam seu dinheiro no próprio município. Ao considerar o exemplo do produtor de leite, o mesmo recebe o dinheiro proveniente desta atividade mensalmente. No mesmo dia, ele paga a energia elétrica, os insumos na agropecuária, faz seu “rancho” no mercado, compra uma nova peça de roupa, abastece o carro, e desta forma “repassa” seu dinheiro para vários outros agentes, que por sua vez também pagam suas contas e transferem o dinheiro para outros (sabendo-se que os agricultores familiares pouco gastam de seu dinheiro fora do seu município ou região por conta da grande rede social local que estes possuem). Isso gera uma movimentação intensa da economia local.

Esse exemplo, muito comum na região, evidencia o quanto a produção de leite é fundamental no crescimento da renda e do patrimônio da agricultura familiar e no desenvolvimento regional. Nos gráficos abaixo (Figura 01), é possível

observar que a produção agropecuária da região Sudoeste do Paraná e do município de Itapejara d'Oeste coincidem na distribuição do peso econômico da produção de grãos e pecuária.

Gráfico 1 – Composição da produção agropecuária no Sudoeste do Paraná e em Itapejara d'Oeste.



Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Sabe-se que cada sistema produtivo está de acordo com as necessidades do agricultor. Além disso, a agricultura familiar não se baseia em uma lógica puramente capitalista, pois é um grupo especialmente funcional ao capitalismo, em que duas coisas que lhes são específicas: o processo de trabalho, e as relações de propriedade (FRIEDMANN, 1986).

Dentro da reprodução da agricultura familiar, Friedmann (1986) expõe que a relação de trabalho é organizada através do parentesco, onde existe uma divisão por sexo e idade, e a propriedade e o trabalho são combinados. Existe assim na agricultura familiar uma preocupação com o tripé Renda – Penosidade – Risco (Abramoway, 1992), além da preocupação com a sucessão familiar. Isto fica claro, quando Friedmann (1986) coloca que o mesmo grupo investe e consome, sendo a propriedade pensada como um sistema que possui necessidade de investimento, e que supre a necessidade de consumo da família.

Com o tripé citado acima, Abramoway (1992) analisa a racionalidade camponesa, concluindo que estes trabalham pensando na maximização da renda, mas também, na redução dos riscos e com aversão à penosidade do trabalho. O autor ainda afirma que todas as decisões e ações do agricultor familiar moderno refletem essa racionalidade original e explica o comportamento da agricultura familiar. Torna-se assim importante conhecer como os sistemas de produção se

inserir nas estratégias de renda dos agricultores para compreender a importância destas decisões.

Entretanto, apesar desta explicação da racionalidade do agricultor familiar ser pensada num trilema dedutivo, sabe-se também que é incompleta. Abramoway (1992) afirma que para se entender esta racionalidade, e seus limites, é necessário um estudo profundo do conjunto do ambiente social em que vive o agricultor familiar, visto que vários outros fatores das relações humanas, além dos econômicos, organizam a sua vida. Para o autor, isso mostra que a agricultura familiar é muito mais do que um “grupo econômico”, ela é um modo de vida.

Assim, para os agricultores familiares, a terra não é apenas um simples fator de produção, os outros estabelecimentos, não são apenas concorrentes, e os comerciantes não são meros “proveitadores” (ABRAMOVAY, 1992). Isso pode explicar os fortes laços afetivos e sociais que ligam os agricultores familiares a seus vizinhos, a uma comunidade, ao seu trabalho, ao seu local de vida e algumas de suas decisões, que muitas vezes são baseadas no sucesso econômico e social, ou não, de outros membros do círculo social do agricultor familiar.

Entretanto, ao longo do tempo algumas dessas características vão sofrendo pequenas modificações, pelas quais algumas relações podem mudar, bem como algumas estratégias. No próximo item serão discutidos os processos de diversificação e mercantilização da agricultura familiar.

4.2 DIVERSIFICAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A diversificação das atividades nos estabelecimentos rurais é algo natural da agricultura, que esteve inserido nela desde os seus primórdios, onde a base da alimentação deveria ser encontrada no próprio estabelecimento. Entretanto, foi fortemente abalada pela ocasião da Revolução Verde. Ellis (2000), define a diversificação de subsistência como um processo pelo qual as famílias constroem um portfólio de atividades e recursos para a sobrevivência e para melhorar o padrão de vida, estando segura ante adversidades de tendência exógena e naturais. Desta maneira, mostra-se que as famílias altamente diversificadas estão mais seguras que as menos diversificadas.

Neste sentido, Schneider (2010), afirma que criar mecanismos de diversificação de renda e trabalho fortalece os meios de vida, uma vez que ela fortalece os produtores frente a vulnerabilidades ou crises, sendo o meio agropecuário um ambiente bastante hostil. Em trabalho elaborado com base em dados da região sudoeste paranaense, Simonetti *et al* (2013) comprovaram esta afirmação, concluindo que as unidades produtivas especializadas tiveram menor capacidade de compensação de renda em caso de adversidade, a não ser que estas unidades trabalhassem com agregação de valor da produção.

Em relação a diversificação, Ellis (2000), afirma que ela pode se dar em dois níveis: doméstico e individual. No primeiro, um indivíduo é responsável por várias atividades, correndo o risco deste trabalhador estar sobrecarregado, ser mal recompensado financeiramente pelo trabalho e não conseguir realizá-lo de maneira efetiva. No segundo, o estabelecimento é diversificado, mas cada indivíduo é especializado em determinada atividade, tendo assim condições de realizar as atividades de forma mais efetiva, segura e com maiores retornos. Percebe-se assim, que a diversificação para ser efetiva na renda da família, precisa ser eficiente, caso contrário a mesma será um atrapalho, e quanto maior for o grupo familiar, maior será a possibilidade de diversificar.

Destaca-se que se analisa diversificação de renda da unidade familiar rural, e não diversificação de atividades, estando incluídas rendas não agrícolas na análise, pois segundo Ellis (2000), a renda não-agrícola reduz o risco a que a unidade de produção está submetida e vai diminuindo sua importância conforme a propriedade vai aumentando a renda agrícola.

Contrastando com a diversificação, a partir da década de 1960, por meio da Revolução Verde, um novo modelo produtivo foi apresentado aos agricultores, modelo esse altamente especializado, que começou a ser empregado quando o Estado brasileiro e as empresas agroindustriais passaram a atuar apresentando um novo sistema de produção aos agricultores, buscando um desenvolvimento da agricultura local, conectando-a à globalização, consolidando o emprego de monocultivos, principalmente a soja, e a mercantilização excessiva (VILLWOCK, 2015). Esse processo foi um dos principais fatores que levaram a agricultura familiar a uma crescente especialização da produção.

A especialização não é um processo específico da agricultura familiar, já que ela está inserida em todas as formas de agricultura. Porém, por aqui se tratar especificamente da agricultura familiar, é a especialização deste grupo que terá maior ênfase. É evidente que a especialização produtiva dos agricultores familiares, resultou em grandes impactos para o ambiente agropecuário. Schneider (2006) relata que no Rio Grande do Sul, o processo de especialização produtiva da agricultura familiar ampliou as áreas cultivadas, aprofundou as relações mercantis e transferiu um grande excedente populacional para áreas urbanas. Para ampliar as áreas produtivas, de alguns poucos cultivos, foi necessário diminuir o número destes, fazendo com que ocorresse um desaparecimento do caráter pluriativo dos estabelecimentos rurais familiares, e estes se tornassem mais dependentes de insumos externos.

Na região Sudoeste do Paraná, durante muito tempo, a agricultura era caracterizada pela produção voltada à subsistência, com a comercialização dos excedentes. Simonetti *et al.* (2011) apontam que a troca de favores aconteciam sem nenhum tipo de troca monetária, fundamentados na confiança. Além disso, os autores colocam que as relações sociais definiam as relações econômicas.

Porém, ao passo que a agricultura familiar passou a se integrar a uma lógica capitalista de produção, a Revolução Verde chegou também à região, levando os agricultores a submeter seus sistemas de produção a um processo de mercantilização, definido por Andrades e Ganime (2007) como um modelo baseado na incorporação de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na produção, e que, levadas pela redução no tamanho, as famílias agricultoras familiares estão passando por um intenso processo de mercantilização.

Este, é um processo pelo qual a agricultura segue um caminho de externalização de sua produção (PLOEG, 1993). Neste caso, Simonetti *et al.* (2011) afirmam que, pela mercantilização, as relações sociais de troca são transformadas num processo de acerto de deveres e favores, que são quitados instantaneamente.

Cabe destacar, que o processo de mercantilização não é igual em todos os estabelecimentos, e pelo processo não ser homogeneizador, os agricultores podem estar inseridos em diferentes graus de mercantilização (SIMONETTI *et al.*, 2011). Ploeg (1993) destaca que dependendo do grau de

mercantilização encontrado no estabelecimento familiar, são as consequências sobre os tipos de gestão adotados e pela forma com que se estrutura e se desenvolve o trabalho agrícola e a atividade produtiva.

Conforme destaca Simonetti *et al.* (2011), a mercantilização pode possibilitar a implementação de novas atividades no mesmo estabelecimento familiar, diversificando a renda do mesmo. Para Friedmman (1986), o processo de mercantilização leva a uma especialização na produção e pressiona para fora o pequeno comércio, historicamente típico da agricultura familiar. Neste sentido, também Long (2007) ressalta que a mercantilização leva o produtor a uma dependência de mercado externo, fazendo com que este perca seu poder de agência sobre sua propriedade e sua produção.

É neste sentido que Ploeg (1993) afirma que o agricultor familiar deve lutar para manter e ampliar sua autonomia, evitando a deterioração dos seus meios de vida pela mercantilização. A autonomia permitiria ao agricultor familiar manter a sua ampla base de recursos, que são a terra, a natureza e os recursos sociais, como conhecimento empírico, redes sociais e instituições específicas. Isso permitiria ao agricultor familiar atingir um modo de produção sustentável, ocorrendo uma co-produção entre o homem e a natureza.

Essa co-produção permite um contato entre o social e o material, os utilizando e combinando de acordo com as necessidades do agricultor familiar. Utilizar da co-produção não quer dizer distanciamento total dos mercados, pois atualmente ele nem seria possível, mas quer dizer uma maior independência destes, o que permite que o estabelecimento agrícola familiar funcione de forma mais autônoma. Pela co-produção, a produção obtida com a atividade é dividida em três partes, uma para a sobrevivência da família, outra para a venda e a terceira para alimentação de um novo ciclo, e o resultado da co-produção é o fortalecimento da base de recursos nos quais ela está fundada. Logicamente, as proporções destinadas para cada fim não são as mesmas, e podem ser altamente variáveis ao longo do tempo, buscando permitir a reprodução da família ao longo do tempo (PLOEG, 2006).

Desta forma, uma das partes deste trabalho é a análise da composição dos sistemas de produção dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste e a

diversificação dos sistemas de produção. No entanto, antes disso, se faz necessário compreender o que é, e como é composto um sistema de produção, que será exposto no item a seguir.

4.3 A COMPOSIÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Um sistema de produção pode ser definido como a combinação dos recursos disponíveis para a obtenção da produção animal e vegetal, situados em determinado tempo e espaço. Pode também ser obtido pela combinação de diversos subsistemas produtivos, como: os sistemas de cultura, seus tratamentos, e a forma como estes são rotacionados; sistemas de criação de grupos, ou fragmentos de animais; ou ainda sistemas de processamento de produtos agrícolas no estabelecimento (GARCIA, 1999).

Já segundo Lima (1995), o que constitui um sistema de produção é um agente que organiza e estrutura os elementos componentes deste sistema em função de suas finalidades, mantendo uma inter-relação e interação entre eles. Este agente é o agricultor e sua família, enquanto os elementos constituintes são: Insumos de consumo intermediário; produtos, serviços e subprodutos que são estocados, transformados ou vendidos; os meios de produção, tais como animais, glebas de terra, força de trabalho física e intelectual, máquinas e equipamentos e as instalações.

Tendo isto em vista, percebe-se que os sistemas de produção são complexos. Neste sentido, Giasson e Merten (2010) afirmam que a atividade agrícola em si é complexa, pois ela é resultado de uma combinação de um conjunto de atividades distintas que utilizam diferentes recursos, destacando-se entre estes fatores a atuação do homem sobre a produção, a qualidade dos solos, flutuação de preços e o capital financeiro do produtor. Assim, para os autores até os produtores especializados constituem sistemas de produção complexos, e se torna indispensável o conhecimento dos fatores e sistemas de produção, aspectos econômicos, socioculturais e históricos e os aspectos relacionados à tomada de decisão para entender o funcionamento das unidades de produção familiares (UPF).

Por conta disso, na análise do sistema produtivo de um estabelecimento não se deve analisar cada subsistema isoladamente, mas sim se deve estudá-los de maneira integrada, tendo atenção especial para suas interações e suas interferências (GARCIA, 1999).

Dada esta complexidade, Garcia (1999) mostra que a evolução de cada tipo de produtor, e cada sistema de produção se dá por uma série de fatores, dentre eles destacam-se os econômicos, sociais, ecológicos e técnicos, que se relacionam entre si, podendo cada fator mudar de acordo com as necessidades da sociedade. Sendo assim, o sucesso do estabelecimento agrícola familiar está condicionado à sua capacidade de se adaptar às mudanças, em cada um dos fatores aqui expostos, e cabe a quem analisa os sistemas de produção entender a complexidade, a história e a diferenciação destes sistemas de produção.

Para Garcia (1999), para descrever um sistema de produção é necessário observar os seguintes itens:

- a) A família e a mão de obra disponível, dando importância à sua história;
- b) A unidade de produção, atentando-se para os meios de produção disponíveis, o acesso aos recursos externos e as relações sociais que permitem o acesso a eles e as principais produções;
- c) Os sistemas de cultura, com os consórcios e rotações utilizadas, itinerário e calendários de trabalho, os problemas técnicos enfrentados durante a produção e o nível e destino da produção;
- d) Os sistemas de criação, levando em conta o itinerário técnico, as relações com os sistemas de cultivo, os problemas técnicos e o nível e destino da produção;
- e) Os sistemas de processamento de produtos;
- f) As atividades e rendas complementares;
- g) As combinações dos sistemas de cultura com os de criações; no tempo e no espaço.

5 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho, foi utilizado o banco de dados desenvolvido por Perondi (2007)². Na ocasião, foram entrevistados 100 agricultores familiares do município de Itapejara d'Oeste, escolhidos por meio de sorteio, de modo que a amostra de 10% dos agricultores representasse de forma mais homogênea possível a população de aproximadamente 1000 agricultores familiares residentes no município. Os agricultores amostrados foram entrevistados em todas as comunidades, em número proporcional ao número total de agricultores de cada uma delas.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário aplicado aos agricultores referente ao ano agrícola de 2004-2005, e com as tabulações das entrevistas, começou a ser montado o banco de dados. Posteriormente, no ano de 2010 o questionário foi aplicado aos mesmos agricultores, referente ao ano agrícola 2009-2010, com exceção de 5 agricultores que haviam abandonado a zona rural, e no ano de 2015 novamente esses 95 agricultores responderam ao questionário, referente ao ano agrícola 2014-2015, obtendo-se assim o banco de dados com o qual esta pesquisa foi realizada.

Todos os dados monetários do banco de dados referentes aos anos agrícolas 2004/2005 e 2009/2010 foram corrigidos (inflacionados para o ano base 2015) permitindo a comparação com os dados de 2015. O índice utilizado para a correção foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), disponibilizado pelo IBGE. Todas as informações do banco de dados foram comparados por meio de pesquisa em painel, a qual segundo Duarte, Lamounier e Takamatsu (2007), é uma metodologia que vem ganhando destaque por combinar características de séries temporais com outros dados.

As diferentes rendas encontradas seguem a mesma classificação de rendas de Perondi (2007), ou seja: renda agrícola, transferência social, renda não agrícola, outras rendas do trabalho e rendas outras (que não são fruto do trabalho).

Segundo Lima (1995) a renda agrícola (RA) é a parte da produção que fica com o agricultor, para remunerar a família pelo seu trabalho e para aumentar a

2 O banco de dados em questão foi obtido com questionários aplicados no ano de 2005, e seus primeiros dados publicados em 2007, durante doutorado do autor. Posteriormente, este banco foi novamente alimentado com dados de 2010 e 2015.

sua renda, sendo o que resulta do estabelecimento agrícola, seja da produção animal, vegetal ou da transformação caseira, e para o seu cálculo subtrai-se do produto bruto (PB) o consumo intermediário (CI), a depreciação (D) e o divisor do valor agregado (DVA). Segundo esse mesmo autor se entende por consumo intermediário o valor de tudo que se adquire de agentes econômicos e é destinado ao processo de produção, são eles insumos e serviços, que são chamados de intermediários porque vão ser transformados em sua totalidade durante o ciclo produtivo.

A depreciação (D) é definida como uma fração do valor de meios de produção adquiridos de outros agentes, e que não vão ser integralmente consumidos em um ciclo de produção, mas se desgastam, perdendo valor de mercado, assim se desconta uma fração do valor a cada ciclo produtivo durante sua vida útil. Por fim, o autor apresenta o DVA como o valor pago por arrendamentos, impostos e taxas ligadas à propriedade, como Imposto Territorial Rural (LIMA, 1995). Já a renda total (RT) é a soma de todas as rendas que entram no estabelecimento no decorrer do ano pesquisado. E o patrimônio, são os bens acumulados ao longo do tempo pela família de agricultores, deduzidas as dívidas ligadas ao estabelecimento.

Além da renda o banco de dados permite obter informações sobre as características produtivas de cada estabelecimento. Neste caso, procurou-se focar sobre os dados da produção leiteira, onde para este estudo procurou-se tipificar os agricultores segundo a classificação de Paulilo (2006) entre: Pequenos Produtores (PP), Médios Produtores (MP) e Grandes Produtores (GP) de leite, além dos que não produziam leite (SL) em 2005 e 2015. Nessa classificação, são considerados PP os que produziram até 18.250 litros no ano (50 litros/dia), MP os que produziram entre 18.250 a 36.500 (50 a 100 litros/dia) e GP os que produziram acima de 36.500 litros no ano (Mais de 100 litros/dia).

Em seguida, foi construída uma matriz de transição, que segundo Arce *et al.* (1997) é um processo utilizado para estudar fenômenos que, a partir de um estado inicial, passam por uma sequência de estados, sendo que a transição de um estado a outro ocorre segundo uma probabilidade.

Na figura 1, pode ser observada a matriz de transição que demonstra a mobilidade dos agricultores de um grupo pra outro de 2005 para 2015.

Quadro 1 – Matriz de transição dos grupos de produtores

		2015			
		SL	PP	MP	GP
2005	SL	26	5	3	3
	PP	24	5	4	3
	MP	5	3	2	2
	GP	2	2	0	6

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Este quadro mostra que dos 37 produtores que não trabalhavam com leite em 2005, 26 permanecem fora da atividade, 5 se tornaram pequenos, 3 médios e 3 grandes produtores em 2015. Dos 32 que eram pequenos em 2005, 5 permaneceram pequenos, 4 se tornaram médios, 3 se tornaram grandes, e 24 produtores abandonaram a atividade. Dos 12 que eram médios, 2 permaneceram e outros 2 se tornaram grandes, já 3 se tornaram pequenos e 5 deixaram a atividade. Por fim, dos 10 que eram grandes, 6 permaneceram como tal, 2 se tornaram pequenos produtores e 2 deixaram de produzir leite.

Destaca-se que esses produtores foram novamente classificados, de acordo com a movimentação na matriz de transição ao longo da década, e categorizados em Inovadores, Conservadores, redutores, desistentes e nunca leite. Por fim, realizou-se mais uma classificação que levou em consideração a produção atual e a movimentação no período, sendo estes classificados em: inovadores e conservadores de média e grande produção, adeptos da pequena produção, Desistentes da média e grande produção, desistentes da pequena produção e nunca leite. As especificidades de cada uma das categorias serão apresentadas e explicadas no decorrer do trabalho.

Importante destacar que todo o trabalho é baseado em comparações dos mesmos agricultores nos dois períodos. Para questões de patrimônio e produção, se comparou o ano agrícola 2004/2005 com o 2014/2015. Já para as questões de renda, se comparou 2009/2010 com 2014/2015, isso por que no primeiro ano agrícola citado houve um grande período de estiagem, o que causou severas perdas na renda oriunda da produção vegetal, o que causaria um equívoco nas comparações. Para todas estas comparações foi empregado o teste T de

comparação de médias, sendo que onde a diferença foi significativa é apresentado uma marcação ao lado do número (*), e onde foi muito significativa são apresentadas duas marcações (**), onde não houve diferença significativa, se marca com (^{NS}).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 O PAPEL DA PRODUÇÃO LEITEIRA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A produção de leite é algo muito comum e antigo dentro da agricultura familiar. Porém, esta atividade sempre fora destinada à subsistência, para manutenção da família. Kiyota *et al.* (2012) afirmam que a atividade leiteira passou a assumir um papel comercial dentro da agricultura familiar a partir do fim da década de 1990, por ocasião do aumento da demanda do produto, da crise argentina e de investimentos estrangeiros no país. Nesta oportunidade, destacam os autores, que a região Sul do Brasil desenvolveu um setor competitivo em custos, que ampliou sua escala de produção.

Por conta deste desenvolvimento, atualmente a atividade leiteira tem grande relevância na geração de emprego e renda para a agricultura familiar, e o seu sistema de produção pode ser muito diverso. Varia de acordo com a raça dos animais, forma de alimentação, quantidade de animais por área, investimentos realizados, equipamentos utilizados, dentre outros fatores. Produtores mais intensivos atingem maior produtividade e produção, no entanto utilizam raças mais especializadas, e são mais dependentes de insumos externos (NORDER, 2006). Sistemas produtivos não intensivos utilizam menos insumos externos, atingem menor produtividade e produção, e possuem seus estabelecimentos mais diversificados. Entre estes dois sistemas produtivos existem muitas variações, com diferentes rendas e meios de produção, os quais serão expostos e discutidos ao longo deste trabalho.

Indiscutível, é a importância que a agricultura familiar exerce dentro da produção leiteira nacional. Segundo os dados da tabulação especial do censo agropecuário de 2006, mais de 57% da produção leiteira nacional provém da agricultura familiar, e quando se especifica a região Sul, a segunda com maior volume de produção no país, a participação da agricultura familiar é ainda maior, ultrapassando os 79% do total. (IBGE/SIDRA, 2012). Desta forma, os dados apresentados na Tabela 1 justificam esta enorme importância.

Tabela 1 – Produção leiteira por região brasileira – 2006

Região	Categoria	Produção (Mil Litros)	Percentual
Norte	Não familiar	377.055,00	27,56
	Familiar - Lei 11.326	991.028,00	72,44
Nordeste	Não familiar	1.222.400,00	44,85
	Familiar - Lei 11.326	1.503.284,00	55,15
Sudeste	Não familiar	4.389.120,00	56,66
	Familiar - Lei 11.326	3.357.866,00	43,34
Sul	Não familiar	1.156.752,00	20,36
	Familiar - Lei 11.326	4.526.013,00	79,64
Centro-Oeste	Não familiar	1.573.174,00	51,68
	Familiar - Lei 11.326	1.470.806,00	48,32
Total	Não familiar	8.718.503,00	42,39
	Familiar - Lei 11.326	11.848.997,00	57,61

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Apesar deste papel fundamental que a agricultura familiar desempenha na produção leiteira nacional, que é um importante componente da alimentação humana, se percebe que o preço pago ao produtor pelo litro de leite, é baixo, passando por diversas crises ao longo dos anos.

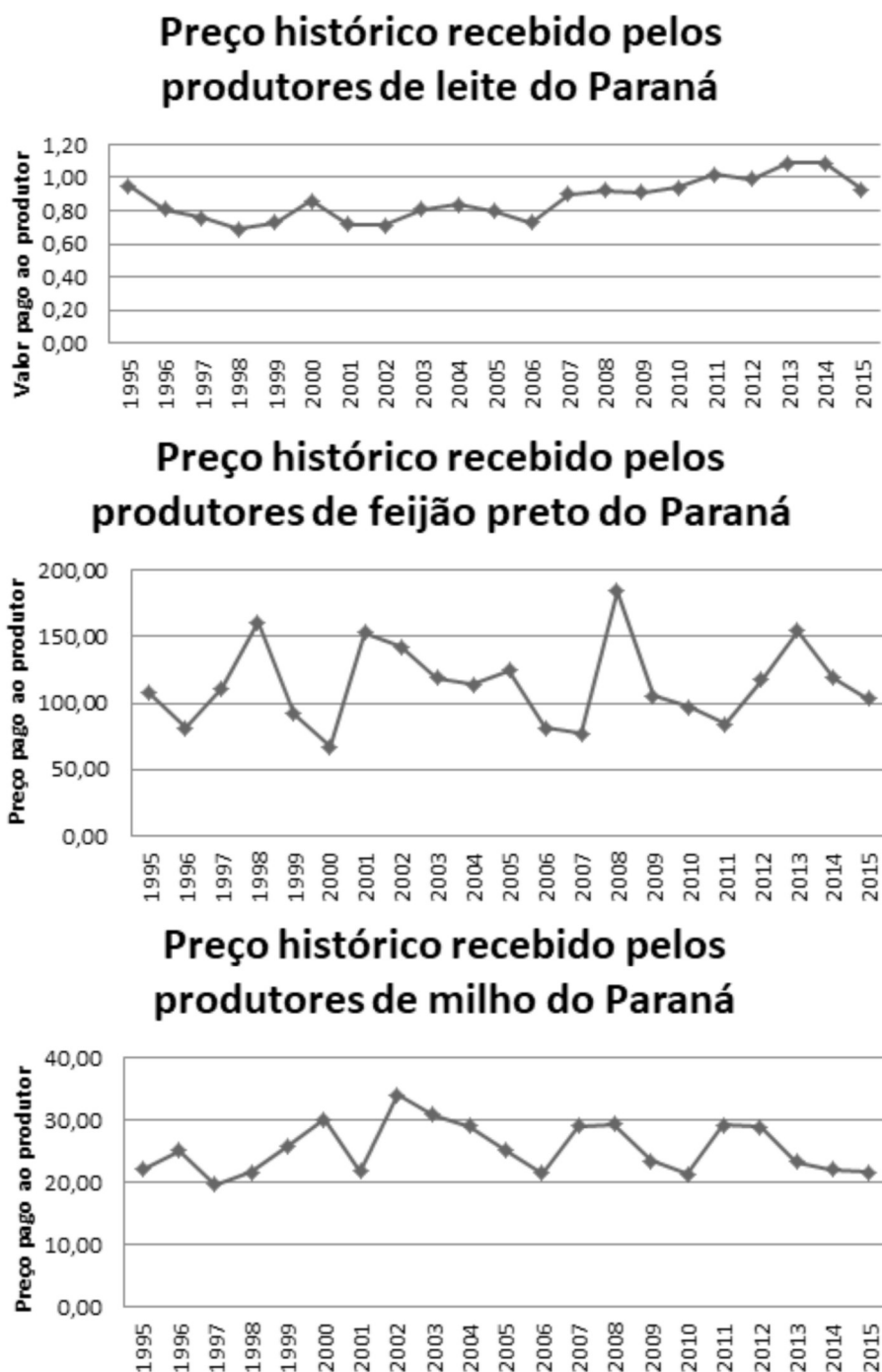
Porém, ao se comparar o avanço dos preços ao longo dos anos, em valores corrigidos pela inflação, se percebe que apesar de o preço do produto não ter tido um aumento considerável, e sua variação de preço causar preocupação aos produtores, ainda é um produto que permite renda agrícola, quando comparado a outras *commodities* que exigem uma maior área ou volume de produção.

Nos gráficos 3, 4 e 5 é possível observar os valores históricos pagos aos produtores pelo litro de leite, pela saca de feijão preto e da saca de milho, em valores corrigidos de acordo com a inflação. Neste caso, é possível afirmar que um dos motivos para a produção de leite se tornar importante ao longo do tempo para os agricultores familiares é sua estabilidade nos preços. Ao passo que os grãos como o feijão preto e o milho³ estão sujeitos a maiores variações de preços e proporcionam maiores riscos, trabalhando com leite, além de receber uma renda mensal, ainda existe o benefício de o preço ser mais homogêneo ao longo do tempo, o que coincide com a redução do risco, que está ligado ao tripé da compreensão da

3 O feijão e o milho, assim como o leite são commodities voltadas para o mercado interno, que não estão sujeitas à variação do dólar.

racionalidade do agricultor familiar de maximizar a renda, ter aversão à penosidade e minimizar o risco (ABRAMOVAY, 1992).

Gráfico 2 – Preços históricos recebidos pelos produtores rurais do Paraná em cada uma das *commodities* de mercado interno.



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados do DERAL – PR (2019)

Desta forma, na próxima sessão serão apresentados dados da tabulação especial do censo agropecuário de 2006, enfatizando qual a participação

de cada uma das rendas no sistema de produção dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste.

6.2 O CONTEXTO DAS DIFERENTES RENDAS NO LOCAL DE PESQUISA

Neste tópico são apresentadas as principais rendas que compõe a renda total dos agricultores, que são: renda agrícola, renda de transferência social (RTS), renda não agrícola (RNA), outras rendas do trabalho (ORT) e rendas de outras fontes (ROF), sendo que neste trabalho a renda agrícola foi desmembrada em produção animal e produção vegetal.

6.2.1 Renda agrícola da produção animal

A produção animal figura como a principal atividade comercial dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, a qual começou a ser explorada comercialmente no início dos anos 1990, e desde então passou a tomar o espaço da produção vegetal, principalmente entre os agricultores com menor área de terra.

Sendo assim, no município de Itapejara d'Oeste, a bovinocultura de leite é a principal atividade econômica, uma vez que, segundo a tabulação especial do censo agropecuário de 2006, 57% dos estabelecimentos da agricultura familiar produziam leite, contribuindo com mais de 86% da produção total do município, que corresponde a 7.953.000 litros, gerando um montante de R\$ 3.434.000,00 ao ano (IBGE/SIDRA, 2012).

Na Tabela 2 apresentam-se os dados da produção leiteira no município de Itapejara d'Oeste, comparando-se agricultura familiar da não familiar.

Conforme esta tabela, percebe-se que a maior parte do leite do município é produzido pelos agricultores familiares, que correspondem a quase 90% do total, gerando uma produção de 3,5 milhões de reais, superando em muito a produção de leite pela agricultura não familiar. Já na produção vegetal, percebe-se que, apesar de a porcentagem cair, são os agricultores familiares os principais produtores, pois produzem 65% do total, gerando um valor superior a 7 bilhões de

reais. Com estes dados, se pode afirmar que a agricultura familiar é a principal produtora de leite e da produção vegetal no município de Itapejara d'Oeste.

Tabela 2 – Produção de leite e vegetal no município de Itapejara d'Oeste – 2006

	Categoria	Nº produtores	%	Produção (Mil Litros)	Valor da produção (Mil Reais)
Produção leiteira	Familiar	505	89,86	7.953.000	3.434
	Não-familiar	57	10,14	1.266.000	576
	TOTAL	562	100	9.219.000	4.010
Produção Vegetal	Familiar	8.297	65,26	24.134.233	7.780.629,00
	Não-familiar	4.416	34,74	15.515.934	5.328.154,00
	TOTAL	12.713	100	39.650.167	13.108.783,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

6.2.2 Renda agrícola da produção vegetal

Com a Tabela 2 percebe-se que a produção vegetal possui uma maior importância econômica que o leite no município de Itapejara d'Oeste, uma vez que o valor da produção é quase três vezes maior que a primeira. Da mesma forma, apesar de aqui se ter uma maior participação da agricultura não familiar, a maior parte da produção vegetal ainda foi produzida pelos estabelecimentos familiares, demonstrando que mesmo no tocante à produção de grãos, a agricultura familiar tem grande importância.

Tabela 3 – Tipo de produção vegetal no município de Itapejara d'Oeste – 2006

Tipo de Produção Vegetal – (Kg)	Familiar	Não Familiar	Total
Milho em grão	16.017.296	9.945.120	25.962.416
Soja em grão	4.473.800	5.371.240	12.845.040
Feijão preto	231.020	119.640	350.660
Trigo	190.200	60.000	250.200
Mandioca	210.037	19.934	229.971
Feijão de cor	7.680		7.680

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Por sua vez, na Tabela 3, é possível verificar qual a participação da agricultura familiar e não familiar em cada uma das culturas. Percebe-se que a única

cultura em que a agricultura familiar é superada pela não familiar é a soja, nas demais esta possui sempre uma produção superior.

6.2.3 Renda agrícola da transformação

A renda da transformação caseira é um tipo de renda agrícola, uma vez que ela provém de agroindústrias rurais, que podem produzir os alimentos com matéria prima proveniente do estabelecimento ou produzida por terceiros e posteriormente adquirida pelo produtor.

Consiste em uma importante fonte de renda, pois eleva o valor agregado dos produtos, gerando mais renda por área e por trabalhador. Segundo a tabulação especial do censo agropecuário de 2006, no município de Itapejara d'Oeste, no ano em questão, a agroindústria rural gerou um valor de R\$ 125.000,00, sendo 77% proveniente da agricultura familiar, totalizando R\$ 96.000,00.

6.2.4 Rendas de transferência social

As RTS são componentes da renda total que provém de direitos institucionais, como aposentadoria, pensão ou programas sociais, como bolsa família. No caso deste trabalho, as mais importantes são a aposentadoria e as pensões, por serem os tipos de renda de transferência social mais comuns nos estabelecimentos da agricultura familiar no município de Itapejara d'Oeste.

Estes direitos foram adquiridos pelos agricultores familiares recentemente, com a Constituição Federal de 1988, e são assegurados para qualquer trabalhador durante e após o período em que este laborou em qualquer profissão. Os agricultores familiares são considerados segurados especiais pela previdência social⁴, sendo assim ficam isentos de pagar contribuição previdenciária, e atualmente se aposentam após a idade mínima de 55 anos para as mulheres e 60

4 Isso acontece no atual formato da previdência social. Com a nova proposta do governo que está em tramitação no Congresso Nacional, tem-se grande preocupação com as consequências, no que diz respeito ao combate da pobreza rural e à penosidade do trabalho, uma vez que para grande parte das famílias de agricultores familiares com baixa renda, a possibilidade do desembolso deste valor é uma realidade muito distante.

para os homens, recebendo um salário mínimo, desde que comprove atividade agropecuária nos últimos 15 anos. E a pensão é concedida quando necessário, desde que comprovada a atividade agrícola (CRISAFULLI, 2011).

Para a CONTAG (2006), a aposentadoria rural é uma oportunidade para impulsionar as economias rurais e ajuda a proteger os recursos naturais e a biodiversidade, pois garante a sobrevivência de agricultores de mais idade no campo. Além disso, favorece a questão sucessória, frente ao crescente processo de envelhecimento pelo qual vem passando a agricultura brasileira. Não bastasse isso, segundo a mesma entidade, o benefício previdenciário ao ser transferido diretamente ao agricultor familiar, principalmente em locais com renda per capita baixa, garante a sustentação nos níveis de renda e consumo das famílias rurais, estimulando o desenvolvimento socioeconômico de milhares de municípios pobres brasileiros.

No município de Itapejara d'Oeste, segundo a tabulação especial do censo agropecuário de 2006, neste ano, os agricultores receberam R\$ 3.477.000,00 provindos de rendas de transferência sociais, sobretudo aposentadoria, sendo mais de 86% dos beneficiários agricultores familiares. Dentro deste número, estão 39% dos estabelecimentos da agricultura familiar, que receberam um aporte de recursos no valor de R\$ 2.746.000,00 (IBGE/SIDRA, 2012).

6.2.5 Renda não agrícola (serviços prestados em outros setores)

A importância das RNA tem crescido nos últimos tempos, devido aos avanços tecnológicos, que na maioria das vezes levam a uma mercantilização e uma externalização do processo produtivo. Estes fenômenos diminuem a necessidade de mão de obra nas atividades, fazendo com que poucas pessoas consigam desempenhar o trabalho que outrora necessitava de muitas pessoas para ser realizado, porém elevam demasiadamente seu custo, diminuindo a renda da família (NORDER, 2006).

Assim, segundo Norder (2006), é necessário que poucas pessoas realizem as atividades agrícolas, proporcionando um excedente de mão de obra para fora do estabelecimento, e a renda agrícola também consegue manter poucas

peçoas, necessitando de uma complementação vinda de fora do estabelecimento. Observa-se ainda, que este excedente de mão de obra continua com moradia na agricultura, pois nela as relações sociais transformam o estabelecimento, e a casa dos pais numa espécie de base territorial para quem desempenha trabalho fora da unidade de produção.

No ano de 2006, as rendas não agrícolas tiveram pouca importância para os agricultores de Itapejara d'Oeste, quando comparado com as demais fontes de renda. Segundo o censo agropecuário daquele ano, apenas 150 agricultores contaram com esta modalidade de renda, dos quais 107 eram agricultores familiares, o que totalizou um valor de R\$ 874.000,00 durante este ano (IBGE/SIDRA 2012).

6.2.6 Outras rendas do trabalho (a prestação de serviços agrícolas) e rendas outras (que não são fruto do trabalho)

Por fim, para se completar a RT dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, se tem as ORT e as ROF. Segundo Villwock (2015), as ORT são as rendas provenientes de trabalho agrícola realizado fora do estabelecimento, como trabalho com máquinas para terceiros, ou trabalho como diarista, e ROF são as rendas provenientes de arrendamento de terras, aluguéis, doações, juros e aplicações, que não são fruto de trabalho.

Quando comparadas com outros componentes da renda total, estas duas variáveis são menos significativas, uma vez que são as menos presentes nas famílias. Entre as duas, as ORT são mais presentes, na forma de trabalho para vizinhos, principalmente com prestação de serviço com maquinário, e em menos casos, trabalho braçal. Já a segunda, pouco se apresenta, com a exceção de agricultores que arrendam terra.

6.3 A TIPOLOGIA DE PRODUTORES SEGUNDO A MATRIZ DE TRANSIÇÃO

Após obter a primeira matriz de transição (Quadro 1), realizou-se uma nova classificação dos produtores, de acordo com sua transição no período

estudado, reagrupando as categorias da matriz de transição de uma forma em que a composição dos grupos é ilustrada no Quadro 2.

Quadro 2 – Composição das categorias de acordo com a variação na produção de leite entre 2005 e 2015.

		2015			
		SL	PP	MP	GP
2005	SL	Nunca leite (26)	Inovador (5)	Inovador (3)	Inovador (3)
	PP	Desistente (24)	Conservador (5)	Inovador (4)	Inovador (3)
	MP	Desistente (5)	Redutor (3)	Conservador (2)	Inovador (2)
	GP	Desistente (2)	Redutor (2)	Redutor (0)	Conservador (6)

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

- ✓ Nunca leite: os produtores que não tinham leite em 2005 e nem em 2015 (SL-SL);
- ✓ Inovador: os agricultores que aumentaram sua produção subindo de nível, ou os que não produziam leite em 2005 e passaram a produzir em 2015 (SL-PP; SL-MP; SL-GP; PP-MP; PP-GP; MP-GP);
- ✓ Conservador: os agricultores que permaneceram no mesmo grupo entre 2005 e 2015 (PP-PP; MP-MP; GP-GP);
- ✓ Redutor: os agricultores que diminuíram a produção entre 2005 e 2015, sendo “rebaixados” de categoria (MP-PP; GP-MP; GP-PP);
- ✓ Desistente: os agricultores que deixaram de produzir leite entre 2005 e 2015, havendo produtores em todas as categorias em 2005 que se tornaram SL em 2015;

Depois desta segunda classificação, os produtores foram agrupados em uma terceira divisão, na qual se combina o nível de produção atual com a trajetória entre 2005 e 2015, conforme ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Composição das categorias de acordo com a variação na produção de leite entre 2005 e 2015, combinado à produção atual.

		2015			
		SL	PP	MP	GP
2005	SL	Nunca leite (26)	Inovador (5)	Inovador (3)	Inovador (3)
	PP	Desistente (24)	Conservador (5)	Inovador (4)	Inovador (3)
	MP	Desistente (5)	Redutor (3)	Conservador (2)	Inovador (2)
	GP	Desistente (2)	Redutor (2)	Redutor (0)	Conservador (6)

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

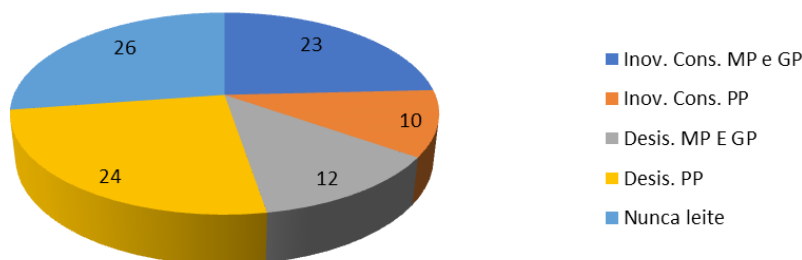
Esta nova classificação agrupou os produtores em:

- ✓ Inovadores e Conservador de média e grande produção (SL – MP, SL – GP, PP – MP, PP – GP, MP – MP, MP – GP, GP – GP).
- ✓ Adeptos da pequena produção (SL – PP, PP – PP).
- ✓ Desistentes de média e grande produção (GP – MP, GP – PP, GP – SL, MP – PP, MP – SL).
- ✓ Desistentes de pequena produção (PP – SL).
- ✓ Nunca leite (SL – SL).

Desta maneira, dentre os agricultores pesquisados no município de Itapejara d'Oeste, utilizando-se da matriz de transição, explicada na Figura 3 constatou-se que: 23 agricultores podem ser considerados inovadores e conservadores de média e grande produção, 10 adeptos da pequena produção, 12 desistentes de média e grande produção, 24 desistentes de pequena produção, e 26 não produziam leite nos anos de 2005 a 2015, essa mesma distribuição pode ser observada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de produtores em cada uma das categorias.

Número de produtores em cada categoria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Neste gráfico fica clara a diversidade dos sistemas de produção dos agricultores de Itapejara d'Oeste.

Ocorrem 26 agricultores que nunca venderam leite. Dentre os agricultores que vendiam leite nos dois anos pesquisados, 23 são classificados como inovadores e conservadores de média e grande produção, pois possuem um nível mais elevado de produção, tanto por terem aumentado seus níveis produtivos, quanto por tê-los mantido. Da mesma forma, existe um grupo de 10 produtores classificados como adeptos da pequena produção, que possuem uma menor

produção por terem se mantido ou por terem implantado essa nova atividade de forma incipiente ainda.

Contrastando com esta realidade, um grupo de 12 produtores que em 2015 eram grandes ou médios produtores (desistentes médios e grandes produtores) deixando a atividade, ou reduzindo drasticamente a produção, adotando outras estratégias para completar a renda anteriormente vinda do leite.

Por fim, existe um último grupo de 24 produtores classificados como desistentes de pequena produção que eram pequenos produtores em 2005 e deixaram de produzir leite em 2015, incrementando o número de agricultores que não produzem leite, sendo que 2005 eram 27% e em 2015 passaram a ser 60%.

A seguir, são discutidas as constatações da pesquisa realizada, iniciando pela trajetória da estratégia de renda dos agricultores pesquisados, seguindo pela influência destas estratégias na evolução de patrimônio e finalizando com uma análise da sucessão familiar nestes estabelecimentos.

6.3.1 Trajetória da renda dos agricultores familiares

No Quadro 4 é apresentada a porcentagem de agricultores que emprega cada estratégia de renda na composição da renda total de seu estabelecimento, na qual é possível perceber as diferentes características de cada uma das categorias.

No primeiro grupo, dos inovadores e conservadores de média e alta produção, se percebe que não se tem grandes alterações ao longo dos anos, apenas uma pequena baixa na frequência em que aparece a renda da produção vegetal na renda total, compensada por um pequeno aumento na renda animal. Se percebe também que a transformação caseira e as rendas de transferência social perdem muito espaço quando comparadas as demais. Entretanto, o que merece mais destaque é a alta porcentagem de estabelecimentos com renda da produção animal, sendo o maior de todos os grupos. Coincidentemente, este também é o grupo onde se tem mais sucessão familiar definida, como será discutido mais abaixo. Isso indica que, neste grupo, ao passo que ocorre a sucessão, as rendas da

transformação caseira e de transferência social perdem espaço, para a atividade leiteira, que se apresenta como fundamental.

Quadro 4 – Composição da renda de cada categoria de agricultores em cada um dos anos pesquisados.

Categorias	Ano	Veg	Anim	Trans	ORT	RNA	RTS	ROF
Inov. Cons. MP e GP	2005	61%	83%	26%	9%	26%	35%	0%
	2010	48%	83%	13%	9%	13%	26%	4%
	2015	52%	87%	4%	9%	22%	26%	0%
PP	2005	70%	30%	40%	10%	20%	50%	0%
	2010	40%	70%	10%	10%	20%	40%	10%
	2015	40%	70%	20%	10%	40%	50%	0%
Desis. MP E GP	2005	50%	83%	8%	17%	25%	8%	8%
	2010	42%	67%	0%	8%	33%	8%	8%
	2015	58%	33%	8%	8%	42%	17%	42%
Desis. PP	2005	58%	67%	21%	8%	42%	54%	13%
	2010	46%	50%	17%	25%	25%	46%	25%
	2015	46%	13%	8%	13%	25%	46%	29%
Nunca leite	2005	50%	38%	31%	8%	42%	46%	15%
	2010	46%	35%	4%	12%	35%	46%	12%
	2015	46%	27%	12%	19%	27%	65%	15%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Já no caso dos adeptos a pequena produção, se percebe que a renda proveniente da transformação caseira e as rendas não agrícolas tem uma alteração inversa na sua importância. Enquanto a primeira diminui em 50% sua importância, a segunda aumenta na mesma proporção. Porém o que mais chama atenção é a queda drástica da importância da produção vegetal, e o aumento considerável da produção animal. Lembra-se que neste grupo estão os produtores que não produziam leite em 2005 e passaram a ter uma pequena produção em 2015, este quadro indica que esses produtores deixaram de lado a produção vegetal e passaram a dar mais importância para a produção animal, sobretudo para a atividade leiteira.

Contrastando com este grupo, tem-se os desistentes de média e grande produção. Percebe-se que neste grupo a produção animal deixa de ter importância para a maioria dos estabelecimentos, enquanto as demais rendas passam a se tornar mais importantes. Isso indica que os produtores deixaram de produzir leite, focando-se em atividades diferentes, merecendo destaque a produção

vegetal que teve apenas um pequeno aumento de importância, enquanto a RNA e as ROF tiveram um aumento mais considerável, indicando que os produtores deste grupo deixaram de produzir leite e migraram para atividades fora da zona rural, ou trabalho assalariado na cidade, ou alugueis de terras e imóveis,

No grupo dos desistentes da pequena produção, que são aqueles que tinham pequena produção em 2005 e deixaram de produzir leite em 2015, se percebe um movimento diferente do anterior. As rendas da produção animal diminuem drasticamente sua importância, bem como as rendas da transformação caseira e da RNA, porém em menores proporções. As de origem vegetal e as RTS, tem uma pequena queda, que não chega a ser considerável, assim como o aumento das ORT. O que merece destaque é o aumento de importância das ROF. Isso indica que estes agricultores, deixam de produzir leite, e se mantém apenas com a renda de origem vegetal e RTS, complementadas com alugueis, ou arrendamento de terras.

Por fim, no grupo dos que nunca produziram leite, que possuíam em 2005 a estratégia de renda mais diversificada, percebe-se uma queda de importância nas rendas de origem animal, da transformação caseira e RNA, se elevando muito a RTS e, com um pouco menos de importância, as ORT, indicando que muitos desses agricultores se aposentaram, deixando de lado outras atividades.

A Tabela 4, a seguir, apresenta dados a respeito da diversificação dos estabelecimentos⁵ pesquisadas. Percebe-se que na categoria dos inovadores e conservadores de média e grande produção, apesar de eles terem aumentado a produção de leite, a estratégia de renda é mantida diversificada, sendo que em 2005 apenas quatro eram especializados, e em 2015 são cinco. Isso corrobora com a informação do Quadro 2, segundo o qual a produção animal e a produção vegetal estão presentes na maioria dos estabelecimentos, e com menos proporção, mas também importantes as RTS e RNA.

Este movimento é percebido também nas categorias dos adeptos da pequena produção e dos desistentes de média e grande produção, sendo que nestas duas categorias se observam mais estabelecimentos diversificados em 2015,

5 Segundo a metodologia aplicada por Perondi (2007), é considerada especializada a propriedade na qual mais de 70% da renda total seja oriunda de uma mesma atividade. Caso isso não ocorra, a propriedade é considerada diversificada.

como está explícito também na importância que a maioria das rendas têm nestes grupos, segundo o quadro 2. Este movimento de combinação de rendas já fora descrito por Perondi *et al.* (2015), quando afirmam que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas proporcionam um aumento da renda e a melhoria na qualidade de vida dos produtores.

Tabela 4 – Número de agricultores especializados e diversificados nos anos de 2005, 2010 e 2015.

Categoria	ESP05	DIV05	ESP10	DIV10	ESP15	DIV15
Inov. Cons. MP e GP	4	19	6	17	5	18
PP	2	8	1	9	1	9
Desis. MP E GP	4	8	6	6	2	10
Desis. PP	1	23	5	19	10	14
Nunca leite	4	22	7	19	6	20

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Já para os desistentes de pequena produção, percebe-se que há um movimento de mudança nas estratégias. Enquanto no ano de 2005 a grande maioria deles eram diversificados, nos anos seguintes boa parte passam para uma estratégia especializada, evidenciando que ao passo que os PP deixam de produzir leite, especializam sua renda em outra atividade. Quanto aos que nunca produziram leite, há um pequeno aumento no número de produtores especializados, mas pouco significativo, indicando que estes produtores mantêm sua estratégia de renda bastante diversificada.

Com os dados da Tabela 4, é possível perceber que o aumento, ou manutenção da produção de leite permitiu que a renda do estabelecimento seja mais diversificada, ocorrendo o mesmo, quando se deixa de ser grande produtor passando a pequeno ou deixando a atividade (possivelmente por ter possibilidades de investir nas outras). Porém, a partir do momento em que os produtores pequenos deixam de produzir leite, passam a concentrar sua renda em poucas atividades.

Do ponto de vista da renda, a Tabela 5 mostra que a renda média dos agricultores familiares pesquisados aumentou de forma considerável, acima da inflação do período, entre 2010 e 2015, evidenciando que, apesar de os agricultores empregarem diversas estratégias de renda distintas, todas elevaram a renda total dos agricultores, mesmo que numericamente. No entanto, percebe-se que apenas no grupo dos inovadores e conservadores de média e grande produção esse

aumento foi significativo, indicando que a renda destes produtores aumentou tanto que puxou a média geral para cima.

Contrastando com esta categoria, os desistentes de média e grande produção praticamente não aumentaram a renda, demonstrando que a manutenção da alta produção de leite, ou aumento desta, é importante para os agricultores familiares, podendo aumentar em grandes proporções a renda total do estabelecimento.

Tabela 5 – Renda total dos agricultores pesquisados nos anos de 2010 e 2015.

Categoria	RT 10	RT 15	Variação
Inov. Cons. MP e GP	R\$ 82.915,61	R\$ 146.948,49	77%*
PP	R\$ 37.819,95	R\$ 56.990,81	51% ^{ns}
Desis. MP E GP	R\$ 115.017,27	R\$ 118.876,26	3% ^{ns}
Desis. PP	R\$ 58.497,12	R\$ 96.427,18	65% ^{ns}
Nunca leite	R\$ 57.181,80	R\$ 83.164,27	45% ^{ns}
Média	R\$ 69.011,83	R\$ 103.713,28	50%*

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Corroborando com esta afirmação a Tabela 6, a qual apresenta a renda agrícola por área utilizada para fins de produção pelos agricultores familiares. Esta tabela mostra que os agricultores classificados como inovadores e conservadores de média e grande produção também foram os que tiveram o maior incremento de renda/ha, e também foi a única que teve aumento significativo em valores corrigidos entre 2010 e 2015, novamente contrastando com os desistentes de média e grande produção, que foi a única categoria que apresentou redução na renda agrícola/ha.

Tabela 6 – Renda total dos agricultores pesquisados nos anos de 2010 e 2015.

Categorias	RA/ha 10	RA/ha 15	Variação
Inov. Cons. MP e GP	R\$ 2.861,04	R\$ 4.582,69	60%*
Inov. Cons. PP	R\$ 2.116,17	R\$ 2.149,34	2% ^{ns}
Desis. MP E GP	R\$ 2.136,20	R\$ 1.756,79	-18% ^{ns}
Desis. PP	R\$ 3.031,62	R\$ 3.765,37	24% ^{ns}
Nunca leite	R\$ 2.195,82	R\$ 2.970,38	35% ^{ns}
Média	R\$ 2.552,11	R\$ 3.321,85	30% ^{ns}

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Desta forma, as Tabelas 5 e 6 deixam claro que, do ponto de vista da renda, a produção leiteira é uma atividade chave para a agricultura familiar, pois é a que consegue fornecer um maior incremento de renda, uma vez que o grupo com

maior renda, seja total, ou por área, é o dos inovadores e conservadores de alta e média produção, os que mantêm sua atenção na produção leiteira.

Na próxima sessão serão abordadas análises das mesmas categorias, do ponto de vista da trajetória do patrimônio.

6.3.2 Trajetória patrimonial dos agricultores familiares

Como já citado anteriormente, a análise da evolução patrimonial dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste se faz importante, já que o patrimônio é um dado mais preciso do que a renda, pois esta fica suscetível a intempéries, principalmente climáticas no caso da agricultura, já o patrimônio se apresenta como um dado mais concreto, que reflete o resultado de como é empregada a renda ao longo dos anos.

Por meio da Tabela 7, é possível perceber que a evolução patrimonial dos agricultores pesquisados foi alta, estatisticamente muito significativa na média geral e na categoria dos inovadores e conservadores de média e grande produção, significativa para os desistentes da média e grande produção e para os desistentes da pequena produção, e não significativa para os inovadores e conservadores da pequena produção e os que nunca produziram leite. A categoria dos inovadores e conservadores da média e grande produção foi a que teve a evolução patrimonial mais significativa estatisticamente, mostrando que os agricultores com maior produção tem mais condições de ampliar seu patrimônio.

Tabela 7 – Evolução patrimonial dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste entre 2005 e 2015.

Categoria	Patr 05	Patr 15	Varição
Inov. Cons. MP e GP	R\$ 571.370,71	R\$ 1.250.585,72	119%**
PP	R\$ 255.014,34	R\$ 616.693,64	142% ^{ns}
Desis. MP E GP	R\$ 749.249,12	R\$ 1.673.067,49	123%*
Desis. PP	R\$ 480.141,47	R\$ 1.051.371,13	119%*
Nunca leite	R\$ 487.284,35	R\$ 877.214,76	80% ^{ns}
Média	R\$ 514.478,39	R\$ 1.084.712,72	111%**

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Importante frisar que nas categorias dos desistentes da média e pequena produção e dos desistentes da pequena produção a evolução de

patrimônio foi significativa, o que pode ser explicada pela venda de animais e equipamentos quando deixam a atividade, aliado a compra de novos equipamentos para as atividades que substituem a produção leiteira.

Os produtores que nunca produziram leite, e os inovadores e conservadores da pequena produção, apesar de terem um aumento de patrimônio também, este não foi significativo estatisticamente, mostrando que no geral, estes agricultores não se capitalizaram. No segundo caso, isso pode ter relação com a pouca exigência de tecnologia para a baixa produção de leite.

Importante salientar que, conforme a tabela 8, o incremento patrimonial dos agricultores citados acima não foi compra de terra, uma vez que nenhuma das categorias obteve aumento na superfície agrícola útil (SAU), na maioria delas houve movimento inverso, com a diminuição da SAU. Isso indica que o aumento patrimonial foi com compra de maquinário, construção de benfeitorias, aumento no número de animais ou investimentos fora do estabelecimento, além da valorização do valor da terra. Destaca-se a considerável diminuição da SAU do grupo dos desistentes da média e grande produção, e dos inovadores e conservadores da pequena produção.

No caso dos primeiros ou esta terra foi vendida e o dinheiro aplicado fora do estabelecimento (aluguel ou juro), ou as terras estão arrendadas, uma vez que as ROF se tornaram muito importante para boa parte dos agricultores (quadro 2). Já no caso do segundo grupo, o quadro 2 indica que, como renda de origem vegetal perdeu muito espaço, parte da terra ficou ociosa, já que para uma pequena produção de leite não são necessárias grandes áreas de terra.

Tabela 8 – Superfície agrícola útil dos agricultores familiares pesquisados em 2005 e 2015.

Categorias	SAU 05	SAU 15	Variação
Inov. Cons. MP e GP	30,00	31,00	3% ^{ns}
PP	17,08	12,83	-25% ^{ns}
Desis. MP E GP	40,18	24,73	-38% ^{ns}
Desis. PP	24,67	24,02	-3% ^{ns}
Nunca leite	21,16	18,17	-14% ^{ns}
Média	26,16	23,02	-12% ^{ns}

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Assim, percebe-se que a produção leiteira, além de possibilitar um aumento na renda, também possibilita um aumento patrimonial para os agricultores

familiares. Na próxima sessão, será discutida a questão da sucessão familiar em cada uma das categorias estudadas.

6.3.3 Sucessão familiar na agricultura familiar

A produção de leite também é muito importante quando se trata da sucessão familiar, segundo o quadro 5. Esta figura mostra que em todas as categorias a maioria dos estabelecimentos já está com o sucessor definido, mas nos inovadores e conservadores de média e grande produção este número chega a 74%, e nos inovadores e conservadores de pequena produção a 70%. Já nas categorias dos desistentes da média e grande produção, e dos desistentes de baixa produção, são apenas 58% e 59% dos estabelecimentos que já tem seu sucessor definido, número bastante menor quando comparado às outras duas categorias.

Quadro 5 – Sucessão familiar no ano de 2015 nos estabelecimentos pesquisadas no município de Itapejara d'Oeste.

Grupos	Situação	Número	Percentual
Inov. Cons. MP e GP	Com Sucessão	17	74%
	Sucessão indefinida	3	13%
	Sem sucessão	3	13%
PP	Com Sucessão	7	70%
	Sucessão indefinida	1	10%
	Sem sucessão	2	20%
Desis. MP E GP	Com sucessão	7	58%
	Sucessão indefinida	2	17%
	Sem sucessão	3	25%
Desis. PP	Com Sucessão	14	59%
	Sucessão indefinida	3	13%
	Sem sucessão	7	29%
Nunca leite	Com Sucessão	14	54%
	Sucessão indefinida	3	12%
	Sem sucessão	9	35%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Não por coincidência, a categoria que apresenta maiores percentuais de sucessão, é também a que apresenta maiores níveis de crescimento de renda e patrimônio. Segundo Kiyota e Perondi (2014), isto é natural por dois motivos: Além de uma situação de renda mais confortável no estabelecimento ser um atrativo para

que o jovem permaneça nela como sucessor, a partir do momento em que este sucessor é confirmado no estabelecimento, ele passa a receber mais investimentos, elevando seus níveis financeiros.

É importante destacar também, o percentual de estabelecimentos que já definiram que não irão ter sucessor. No caso dos inovadores e conservadores de média e grande produção, este número é de apenas 13%, mostrando que existe um grande interesse nos filhos em permanecer na zona rural. Nos inovadores e conservadores da pequena produção, este número se eleva para 20%, o que pode ser uma explicação para o fato destes produtores não aumentarem sua produção de leite.

Nos desistentes da média e alta produção, e nos desistentes da pequena produção, esse número é de 25% e 29%, o que é bastante elevado, ajudando a explicar, em parte, o abandono da atividade por parte dos agricultores. Já nos que nunca produziram leite, o percentual de 35% representa um número elevado de estabelecimentos sem sucessão.

Um ponto chave a ser observado na questão da sucessão familiar é a idade dos chefes dos estabelecimentos (Tabela 9). Se percebe que a categoria que apresenta o maior percentual de sucessão já definida, é também a categoria que possui os agricultores mais jovens. A se comparar pela evolução da média de idade em 10 anos, se percebe que na maioria dos estabelecimentos a sucessão já ocorreu.

Tabela 9 – Idade do chefe familiar nos estabelecimentos pesquisadas no município de Itapejara d'Oeste.

Categoria	Idade chefe 2005	Idade chefe 2015
Inov. Cons. MP e GP	49	5
PP	43	53
Desis. MP E GP	54	58
Desis. PP	50	55
Nunca leite	53	60

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do banco de dados de Perondi (2007).

Nos inovadores e conservadores da pequena produção, percebe-se que a idade média do chefe aumentou em exatamente 10 anos, mostrando que a sucessão familiar ainda não ocorreu nos estabelecimentos, possivelmente o motivo pelo qual o nível de produção leiteira é baixo.

Independente da categoria é possível identificar um envelhecimento dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, o que pode ocasionar um problema futuro, principalmente nas categorias onde se tem menores percentuais de sucessão familiar. Exemplo disso é encontrado em trabalho de Kiyota e Perondi (2014), realizado no mesmo município. Os autores afirmam que no ano de 2005 algumas famílias pesquisadas estavam no limite da sucessão familiar, quando os chefes estavam próximos dos 70 anos de idade. Como estas famílias já não tinham mais expectativa de sucessão, no retorno da pesquisa em 2010 elas não foram mais encontradas na zona rural, já haviam se mudado para o meio urbano, deixando a unidade de produção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho corrobora com os estudos sobre a agricultura familiar a partir dos anos 1990, quando também se expandiu a produção leiteira, tendo em vista a falta de renda e excedente de mão de obra nos estabelecimentos, tornando-se a principal atividade dos agricultores familiares da região, por proporcionar uma maior renda e segurança econômica às famílias, quando comparado a produção de grãos. Porém, depois de duas décadas de intensificação na atividade leiteira, se pode perceber que existem alguns movimentos de concentração da produção, cuja dinâmica este trabalho buscou identificar e descrever.

Entre 2005 e 2015, os produtores de leite aumentaram a renda e patrimônio, com destaque para os que permanecem em níveis de produção médio e grande, ou que elevam a produção, no caso, aqui considerados nas categorias de inovadores e de conservadores de média e grande produção.

Quanto a sucessão familiar, se percebeu que na categoria onde há maior elevação de renda, combinada com elevação de patrimônio (inovadores e conservadores de média e grande produção), há sucessão, incremento na produção e agricultores mais jovens. Já onde não ocorre incremento de renda há menores índices de sucessão, e redução ou extinção da produção, além de concentrar um maior número de produtores mais velhos.

Por fim, se percebeu que a produção leiteira foi importante do ponto de vista de renda, diversificação e sucessão familiar, sendo imprescindível que as políticas de fortalecimento da agricultura familiar contenham elementos de preservação do acesso a esse sistema de produção como forma de preservar sua capacidade de produzir alimentos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradíguas do capitalismo agrário em questão**. HUCITEC; ANPOCS; UNICAMP: [s.n.], 1992.
- ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56, 2007.
- ARCE, Julio Eduardo. PIZATTO, Walquiria. SANQUETA, Carlos. WENDLING, Jeferson. MAESTRI, Romualdo. Utilização das Matrizes de Transição na Avaliação e Simulação Precoces do Crescimento de Povoamentos de *Pinus taeda* L. **Floresta**, v. 27, p. 83-98, 1997.
- CONTAG. **Previdência Social Rural: Potencialidades e desafios**. [S. l.], 2006.
- CRISAFULLI, Luis Gustavo de Assis. **O Benefício da aposentadoria por idade do trabalhador rural sob a visão da administração pública e do poder judiciário**. - Barbacena: UNIPAC, 2011.
- DUARTE, Patrícia C.; LAMOUNIER, Wagner M.; TAKAMATSU Renata T. Modelos econométricos para dados em painel: aspectos teóricos e exemplos de aplicação à pesquisa em contabilidade e finanças. **Anais [...] CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, p. 1-15, 2007.
- ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford: OXFORD University 2000.
- FILHO, Danilo Prado GARCIA. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia metodológico**. [S.l.], 1999.
- FRIEDMANN, Harriet. Family enterprises in Agriculture: structural limits and political possibilities. **Agriculture: people and policies**, 1986.
- GIASSON, Elvio; MERTEN, Gustavo Henrique. Caracterização dos Fatores de Produção da Unidade de Produção Agrícola. In WAGNERA, Saionara Araújo; GIASSON, Elvio; MIGUEL Lovois de Andrade; MACHADO, João Armando Dessimon. **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Editora UFRGS, 2010.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 10 set. 2017.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Migração e Sucessão Geracional na Agricultura Familiar Sob a Perspectiva de Comunidade e Renda. 52. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2014.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo; SIMONETTI, Danieli; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHNEIDER Mateus Henrique; TERNOSKI, Simão; A Produção Familiar de Leite no Território Sudoeste do Paraná nos anos Agrícolas de 2004/05 e 2009/10: O caso do Município de Itapejara d'Oeste. 9. **Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**, 2012.

LIMA, Arlindo Prestes de. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Unijuí: [s.n.], 1995. 176 p.

LONG, Norman. Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor. **Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis**, 2007.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. *questao Agrária, Agroecologia e desenvolvimento Territorial*. In: [S.l.: s.n.], 2006.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres Rurais: Quatro Anos de Diálogo**. Editora da UFSC: [s.n.], 2006.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado) – UFRGS, 2007.

PERONDI, Miguel Angelo; BIAVA, Jhuly Caroline; KIYOTA, Norma; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. As Estratégias de Diversificação e Especialização da renda Rural Frente as Categorias de Alta e Baixa Renda. 53. **Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2015.

PLOEG, Jan Douwe Der. El processo de trabajo agricola y la mercantilizacion. In: _____. **Ecologia, campesinado y historia**. La Piqueta: [s. n.], 1993. p. 153-195.

PLOEG, Jan Douwe Der. O modo de produção camponês revisitado. In: _____. **A diversidade da agricultura familiar**. UFRGS: [s. n.], 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e Um Estudo de Caso. In FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento Rural – Tendências e Debates contemporâneos**. Unijui, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões Sobre Diversidade E Diversificação Agricultura, Formas Familiares E Desenvolvimento Rural. **Revista Ruris**, v. 4, n. 1, 2010.

SIMONETTI, Danieli; PERONDI, Miguel Angelo; KIYOTA, Norma; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. Diversificação Da Renda E Agregação De Valor Na Agricultura Familiar: Lições A Partir De Uma Comunidade Rural. **Revista Extensão Rural**, 2013.

SIMONETTI, Danieli; PERONDI, Miguel Ângelo; KIYOTA, Norma; OLIVEIRA, Juliano Rossi; Valandro, Keila. Os Processos de Diversificação Da Agricultura Familiar: Uma Revisão Literária. **Synergismus Scyentifica UTFPR**, 2011.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos 2005 e 2010**. Dissertação (Mestrado) – UTFPR. 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor familiar no Brasil: Um Ator Social da Construção do Futuro. *In*: _____. **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. AS-PTA: [s.n.], 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1996.